



**PODER JUDICIÁRIO DA BAHIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 017/2025

Senhor Licitante,

O Núcleo de Licitação apresenta o esclarecimento relativo à licitação em epígrafe com a transcrição da resposta da área técnica demandante, conforme relacionamos a seguir:

Perguntas e Respostas:

Pergunta 1) Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.

Resposta: Esta informação é irrelevante para a disputa da licitação.

Pergunta 2) O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?

Resposta: O preposto não é fixo.

Pergunta 3) É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?

Resposta: Fica a critério da empresa.

Pergunta 4) A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital.

Pergunta 5) Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?

Resposta: Em relação a alíquota de ISS é de responsabilidade da licitante atentar-se a legislação tributária do município no qual será prestado o serviço.

Pergunta 6) Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital.

Pergunta 7) A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital ao item 09 do anexo 1 e ao item das obrigações da contratada.

Pergunta 8) O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital.



PODER JUDICIÁRIO DA BAHIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Pergunta 9) Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação? Pode ser usada a média de dias como base para o fornecimento dos vales?

Resposta: O cálculo de vale transporte e vale alimentação será de 22 dias úteis.

Pergunta 10) Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?

Resposta: Em relação ao valor atual da tarifa de transporte público no município é de responsabilidade da licitante atentar-se ao valor da tarifa do transporte público no município no qual será prestado o serviço.

Pergunta 11) É necessário considerar o adicional de intrajornada?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital.

Pergunta 12) Poderiam dar mais especificações dos uniformes?

Resposta: Não será necessário o fornecimento de uniformes.

Pergunta 13) Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos?

Resposta: Não.

Pergunta 14) Qual é a produtividade adotada ou será contratação por postos de serviços?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital.

Pergunta 15) Existe a possibilidade de alteração da produtividade estipulada, caso tenha sido usada?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital.

Pergunta 16) Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?

Resposta: O modelo de planilha descritiva de custos a ser utilizada encontra-se no "ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL E MODELOS DE PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS" do Edital.

Pergunta 17) Propostas cadastradas com valor acima do estimado serão desclassificadas?

Resposta: A elaboração da proposta de preços é de responsabilidade da licitante. Devendo a mesma se atentar as legislações trabalhista, previdenciária e tributária vigentes.

Pergunta 18) De acordo com o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021, na fase de habilitação das licitações será exigida do licitante uma declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Essa exigência será rigorosamente cumprida e constatada na fase de habilitação? No caso de um licitante declarar falsamente que cumpre as cotas para deficiente e reabilitado da Previdência Social, o Licitante será declarado inabilitado do processo licitatório? Além disso, haverá punições específicas para aqueles que fizerem declarações falsas sobre o cumprimento dessas cotas, como suspensão do direito de licitar, multa ou advertência?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital e seus anexos.

Pergunta 19) Em relação à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), caso a utilizada para a estimativa de custos seja substituída pela publicação de uma nova convenção, será possível realizar a repactuação do contrato com a licitante vencedora para adequar os valores às disposições da CCT vigente ao ano do contrato?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital ao item 07 do anexo 1.



PODER JUDICIÁRIO DA BAHIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Pergunta 20) Considerando a atualização do salário-mínimo, deve-se adotar o de 2024 ou o de 2025? Caso a escolha seja pelo salário mínimo de 2024, será possível a realização da repactuação contratual para adequação aos novos parâmetros?

Resposta: Deverá o licitante observar o quanto previsto no Edital.

Salvador, 30 de abril de 2025.


Fernanda Ferreira Ribeiro
Coordenadora de Licitação


Roberto Camacho Garcia
Chefe do Núcleo de Licitação